

O ideal de participação e o real de intervenção

Entre nós há um acentuado conflito entre o ideal da participação da população nos rumos da sociedade e a situação real de uma contínua intervenção do poder (não só estatal) na vida do cidadão, e na de praticamente todas as instituições da sociedade civil, com o fito de normatizá-la nos mínimos detalhes. O conflito decorre de que vige o ideal (mais ligado à tradição anglo-saxã) de liberdade do cidadão, que teria condições de decidir sobre as condições exteriores de sua vida. Este ideal vai até mesmo além do direito à liberdade, uma vez que inclui também o dever de participar da vida social em geral, interferindo principalmente sobre os chamados serviços públicos. Em termos reais, contudo, predomina a tradição latina e sobretudo ibérica (lusitano-espanhola), de centralização das decisões, de autoritarismo e até de totalitarismo.

O conflito a que nos estamos referindo é visível, freqüentes vezes, nas manifestações de políticos e de tecnoburocratas dirigentes de serviços públicos, os quais, em termos de discurso, se referem muito aos reclamos e pressões das "bases populares" que os teriam levado a tomar esta ou aquela medida. Concretamente, no entanto, o que se nota é a interferência na vida do cidadão até a um ponto em que, praticamente, pouco lhe resta sobre o que decidir. Órgãos governamentais fundamentalmente (e não só, entre eles, política e fisco), mas também empresas, especialmente as prestadoras de serviços públicos, sindicatos, associações, clubes, escolas etc. e mesmo pessoas (como médicos e professores, apenas para exemplificar) investidos de algum poder, tudo fazem para normatizar a vida do cidadão, em grande parte sob a alegação de que a população não tem condições para decidir a respeito de qualquer coisa, uma vez que ela não possuiria os conhecimentos, saberes e experiências de vida para tal, além de estar acostumada a que outros decidam por ela. Supõe-se que, em tais condições, ela (a população) poderia, inclusive, reagir negativamente à tentativa de fazê-la participar e decidir.

De fato, temos que concordar que, em alguns casos, a alegação é formalmente correta.

Esquecem-se, porém, os que a dão, que a explicação disso pode residir no fato de que se aprende mais facilmente fazendo. Ou seja, se as pessoas são sempre mantidas à distância das decisões e de qualquer participação, não adquirem as habilidades intelectuais e sociais para decidir e participar. Em política isto é evidente. Uma vez que o povo, como um todo, não necessariamente decide conforme os desejos e a interpretação do mundo em geral, e das coisas em particular, daqueles grupos minoritários que julgam deter o conhecimento daquilo que é melhor para eles próprios, para os outros e para a nação, tais grupos tentam afastar o conjunto da população do processo de tomada de decisões sob a justificativa de que ela não está em condições de decidir.

A evidência disso já não é tão grande em outras áreas da vida social. Há uma vastidão de instituições e de situações em que se supõe que as decisões são apenas técnico-científicas e que, na verdade, comportam uma larga faixa de arbítrio pessoal e/ou grupal. Nestes casos, a ideologia predominante no grupo faz com que seus membros tomem como correto tecnicamente o que pode ser uma manifestação de defesa de seus interesses e de seu domínio sobre uma porção da população. Ainda outra vez, tão-somente para exemplificar, usemos o campo da saúde. Nessa área existe um profissional (o médico) investido oficialmente do poder de decidir sobre se o cidadão está doente ou não, e de orientar o tratamento no caso de decidir que ele de fato esteja. Para que os médicos (e todos aqueles que estão investidos de poder sobre partes maiores ou menores da população em decorrência da posse de conhecimento científico e técnico) deixassem, querendo ou não, de decidir pela população, à qual julgam estar servindo, seria conveniente, como um primeiro passo pelo menos, que atuassem no sentido de transferir a ela os conhecimentos e saberes que a habilitariam a decidir com melhor conhecimento de causa, talvez. Tal tarefa não é fácil e deve, inclusive, ser realizada tendo em conta um projeto de transformação da sociedade como um todo ou da área em que o profissional trabalha,

sem o que, possivelmente, ficaríamos no nível da utopia e do ideal.

A dificuldade com que se deparam todos aqueles intelectuais que se sentem ou se julgam ao lado das camadas dominadas frente às dominantes é dupla, pelo menos, sobretudo quando lidam com populações marginais, como é muitas vezes o caso. De um lado, além das dificuldades normais de comunicação, as visões do mundo de uns e de outros são bastante diferentes. De outro, homens que não têm o domínio sobre suas condições de existência dificilmente poderão exercer um papel crítico e construtivo da sociedade em que vivem, pois lhes faltam aquelas condições mínimas que poderiam levá-los a partilhar um querer coletivo, um projeto que os guiaria na repulsa à tutela que sobre eles exercem instituições, grupos e pessoas investidas de poder.

Dessa forma, quando tais intelectuais pretendem transferir conhecimentos e experiências, como propugnamos acima, ou colocam-se, outra vez, na posição de camada dominante, dona do saber, querendo levar à força os outros à liberdade (o que é, no mínimo, contraditório) ou, querendo auxiliar não autoritariamente, acabam, freqüentes vezes, sendo mal interpretados e entendidos por aqueles aos quais pretendem prestar ajuda. Assim, essas populações podem vê-los com desconfiança, pois eles constituem (e de fato o são) uma parcela das camadas dominantes. De outro lado, elas esperam soluções para seus problemas por parte daqueles que teriam a obrigação profissional e institucional de conhecer tais soluções. Conseqüentemente, po-

dem não entender como pessoas, aparentemente esclarecidas e cultas, vão pedir a opinião delas a respeito de questões que, supostamente, eles, os profissionais que detêm a posse do saber, deveriam resolver por si sós. Uma das hipóteses possíveis que lhes ocorre é que tais intelectuais são menos capazes do que os outros.

Não pretendo ter uma resposta para dirimir com segurança a questão levantada. Julgo, entretanto, que a atuação paternalista (e várias experiências assim o demonstram), bem como a abdicação, por esses intelectuais, dos valores próprios de seu grupo social, são contraproducentes. Entendo, além do mais, que a tarefa primeira de um profissional, que se quer politicamente atuante, é ser competente em seu campo específico de trabalho. Parece-me constituir um contra-senso pretender guiar ou orientar os outros em áreas distintas, quando naquela mesma em que se é especialista, a pessoa se mostra insegura, segundo as expectativas da população com a qual está lidando. De um médico, por exemplo, ela espera que, nos assuntos de saúde e doença, ele atue segundo as expectativas usuais. Geralmente, só depois de ser aceito como profissional capaz é que ele, mais facilmente, poderá influir no sentido de alterar as noções costumeiras a respeito do processo saúde-doença, e ser acatado em campos outros que não o seu específico.

José Carlos Pereira

Departamento de Medicina Social da
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da
USP

Cada ser humano é único, sem precedentes, irrepetível. A espécie Homo sapiens pode descrever-se nas palavras mortas da física e da química, porém não o homem de carne e osso.

René Dubos.